



## CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE: PRÁTICAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

*José Roberto da Silva Brêtas  
Maria José Dias de Freitas  
Luiz Fabiano Zanatta<sup>1</sup>  
Ana Maria Limeira de Godoi  
Juliana Brito de Moraes  
Lais de Souza Ricardo  
Beatriz Moreira Furtado*

### RESUMO

Este artigo é um relato de experiência extensionistas, que aborda aspectos teóricos e práticos que envolveram um Projeto de Extensão Universitária, cujos objetivos foram: proporcionar aos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); aprendizagem e vivências no campo da Educação em Saúde; promover a elaboração e confecção de tecnologias de ensino na temática abordada pelo projeto; desenvolver atividades educativas junto a população alvo; desenvolver pesquisas junto aos serviços que revertam em novas práticas de ensino, intervenção e geração de conhecimento. Seu desenvolvimento ocorreu no campo da Promoção da Saúde, por meio de ações com ênfase nas questões do corpo, gênero e sexualidade, direcionadas a jovens estudantes e professores de escolas parceiras de ensino fundamental e médio da rede pública.

**Palavras-chave:** Adolescente. Corpo. Educação. Educação sexual. Sexualidade.

### BODY, SEXUALITY AND GENDER: PRACTICES OF UNIVERSITY EXTENSION

### ABSTRACT

This article is a report of the experience in extension programs. It addresses the theoretical and practical aspects involving a University Extension Projects. The goals were to provide undergraduate and postgraduate students of the Federal University of São Paulo (UNIFESP) with knowledge and experiences in the field of Health Education. Also, to promote the development and production of learning technologies in the selected project topics, to develop educational activities with the target population, to develop surveys of services which result in new teaching practices, intervention and generates knowledge. Its development occurred in the field of Health Promotion, through activities emphasizing issues of the body, gender and sexuality, directed to young students and teachers from public elementary schools.

---

<sup>1</sup> Mestrado em Educação e Saúde na Infância e Adolescência (UNIFESP). Docente do curso de Enfermagem, Campus Luiz Meneghel, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Bandeirantes, PR. Contato: lfzanatta@uenp.edu.br.

**Keywords:** Teenager. Body. Education. Sexual education. Sexuality.

## **CUERPO, GÉNERO Y SEXUALIDAD: PRÁCTICAS DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA**

### **RESUMEN**

Este artículo es un relato de experiencia de extensión que se ocupa de los aspectos teóricos y prácticos que implica un Proyecto de Extensión de la Universidad, cuyos objetivos eran proporcionarles a los estudiantes de las carreras universitarias y a los de postgrado de la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp) el aprendizaje y experiencias en el campo de la Educación para la Salud; la promoción del desarrollo y la producción de tecnologías de aprendizaje en el tema seleccionado para el proyecto; el desarrollo de actividades educativas con la población objetivo; el desarrollo de las encuestas de los servicios que se acumulan en las nuevas prácticas de enseñanza; la intervención y la generación de conocimiento. Su desarrollo se produjo en el ámbito de la Promoción de la Salud a través de actividades con énfasis en temas del cuerpo, del género y de la sexualidad hacia jóvenes estudiantes y maestros de las escuelas primarias y secundarias y de la red pública.

**Palabras clave:** Adolescente. Cuerpo. Educación. Educación sexual. Sexualidad.

---

### **INTRODUÇÃO**

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade ([FORPROEX, 2012](#)). Desta forma, enquanto projeto de extensão, entendemos como um conjunto articulado de ações preferencialmente de caráter multidisciplinar e integrado a atividades de pesquisa e ensino. Tem caráter orgânico-institucional, integração no território e/ou grupos populacionais, clareza de diretrizes e orientação para um objetivo comum, sendo executado a médio e longo prazo.

Neste contexto, apresentamos um projeto de extensão universitária, no qual seu conjunto de ações ocorre no campo da Educação em Sexualidade, com ênfase nas questões do corpo, gênero e sexualidade (desenvolvimento e imagem corporal; gênero e sexualidade; saúde corporal e sexual; diversidade sexual; corpo e vulnerabilidade; violência sexual; metodologias de intervenção coletiva e processos de educação em Sexualidade). Visa catalisar discussões e reflexões críticas sobre esse universo. Tem como principal finalidade articular ações nos campos do ensino, pesquisa e extensão, garantindo os princípios da indissociabilidade, que estão direcionados ao público que frequenta escolas de ensino fundamental e médio parceiras do projeto, além de pessoas interessadas pelo tema.

A extensão como prática acadêmica visa interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, buscando respeitar o compromisso social e político da universidade. A relação entre extensão e pesquisa ocorre, sobretudo, pelo papel que esta passa a desempenhar enquanto criadora e recriadora de conhecimentos, enquanto seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade.

Neste sentido, este projeto de extensão, denominado de “Corporalidade e Saúde”, foi organizado para que os sujeitos possam aprender a conhecer o próprio corpo e a cuidar dele, compreender que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano, identificar e refletir sobre os valores socioculturais, relacionar o comportamento sexual ao respeito e responsabilidade, discriminar entre comportamentos sexuais enriquecedores e prejudiciais a si e aos outros, além de relacionar as diferentes manifestações da sexualidade à cidadania.

Sendo a comunidade o contexto estrutural de nossa práxis, o conjunto de ações do Projeto “Corporalidade e Saúde” estarão direcionados a professores e estudantes de escolas de ensino fundamental e médio parceiras do projeto, aos graduandos e pós-graduandos da Unifesp e a comunidade que interage com o blog do projeto e redes sociais no ambiente da Internet.

As áreas de ação do projeto atendem em parte algumas áreas prioritárias preconizadas pelas diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, do Ministério da Saúde ([BRASIL, 2006](#)). Atende em parte algumas áreas prioritárias preconizadas pelas diretrizes do Programa de Saúde do Adolescente ([BRASIL, 1996](#)) como: sexualidade, saúde reprodutiva, saúde do escolar adolescente, violência e maus tratos.

Para viabilizar a operacionalização do projeto, este foi sistematizado em cinco atividades: (1) Capacitação de professores de ensino fundamental e médio; (2) Laboratório experimental em tecnologias de ensino; (3) Oficinas experimentais em escolas de ensino fundamental e médio; (4) divulgação e debate da temática por meio do blog; (5) desenvolvimento e promoção de ações como: cursos, oficinas, seminários, publicação de informativos, fóruns de discussão, participação em manifestações sociais que envolvam a temática, atividades culturais e artísticas envolvendo a temática.

**Quadro 1.** Discriminação das Práticas de Extensão Universitária sobre Corpo, Gênero e Sexualidade – São Paulo, 2014.

Atividades	Discriminação
Laboratório experimental em tecnologias de ensino	Espaço destinado à pesquisa, elaboração e confecção de tecnologias de ensino destinadas às atividades de educativas na temática abordada pelo projeto como: blog, folder, revistas, livros, apostilas, jogos lúdicos, cartazes e estratégias pedagógicas. Atividade desenvolvida junto aos monitores, graduandos e pós-graduandos que atuam junto ao projeto. Trata-se do local em que os problemas do campo são discutidos, objetivados e transformados em estratégias para intervenção. Público alvo: equipe do projeto.
Curso de extensão: “introdução à temática: corpo, gênero e sexualidade”.	Este curso de extensão com carga horária de 40 horas/aula e visa proporcionar conhecimento e instrumentalização de professores do ensino fundamental e médio para atuar com orientação sexual, junto ao ambiente institucional. Para atingir sua finalidade, o mesmo é desenvolvido a partir de uma práxis metodológica que envolve atividades no campo teórico-vivencial. O mesmo organiza-se em três aspectos: 1. Construção biológica da sexualidade; 2. Construção social da sexualidade; 3. Construção psicológica da sexualidade. Público alvo: Professores de ensino fundamental e médio.

Oficina do corpo: movimento e representações.	Trata-se de um curso com orientação teórico-vivencial denominado “Oficina do Corpo”. Tem como finalidade promover a consciência corporal, a apreensão de fundamentos sobre Corporalidade e fomentar reflexão sobre si e o corpo do “outro”, além do estudo sobre o conceito de imagem corporal. A estratégia geral de ação para efetivação dos objetivos constituir-se-á de: dinâmicas em grupo, leituras e discussões de textos, projeção de filmes. Têm como objetivos: Proporcionar vivência em grupo e descobertas pessoais; Proporcionar sensações, percepção corporal e consciência dessa percepção; Ensinar formas para aliviar a tensão (eliminação das fixações tônicas/ equilíbrio da tensão); Introduzir reflexão sobre o corpo e suas implicações no desenvolvimento da identidade e na produção de subjetividades; Discutir o conceito de imagem corporal. Público alvo: Professores de ensino fundamental e médio; estudantes dos cursos de graduação da Unifesp.
Oficinas experimentais	A operacionalização das tecnologias criadas junto ao Laboratório experimental se dá por meio de atividades desenvolvidas por docentes, monitores de extensão, pós-graduandos e alunos de graduação da Unifesp (em estágio curricular), junto à população de escolares, adolescentes e jovens que frequentam as escolas de ensino fundamental e médio parceiras do projeto. Para atender as necessidades desveladas, o conceito de ação adotado foi o de oficina, que consiste precisamente na prática do ofício de pensar sobre a vida e senti-la em vista de pequenas e grandes transformações. Público alvo: Estudantes de ensino fundamental e médio.
Divulgando e discutindo sexualidade	Uso do instrumento informática para promover discussões e divulgar conhecimento junto à população envolvida e outros interessados, com o uso de <i>blog</i> e grupos nas redes sociais. Público alvo: todos que interagirem com o <i>blog</i> e as discussões nas redes sociais.
Jogando e aprendendo sexualidade com o “Sexgame”	Para aplicação desta oficina é utilizado um instrumento em forma de jogo, lúdico e didático com o propósito de transmitir informações, ampliar os conhecimentos dos jogadores e fazê-los refletir acerca de seu universo de descobertas. Este jogo é um método interessante e eficaz de aprendizagem e de fixação dos conhecimentos adquiridos em oficinas de educação em sexualidade. É formado de perguntas e respostas relacionado a cinco temas: puberdade; relação sexual; relações interpessoais; DST/Aids e sua prevenção; gravidez na adolescência. Tem por finalidade proporcionar informações sobre questões relacionadas ao corpo e a sexualidade humana. Público alvo: Destina-se principalmente à população de adolescentes, jovens e professores que participam do projeto.
Eventos	Ciclo de debates sobre corpo, gênero e sexualidades. Público alvo: Destina-se principalmente à população de adolescentes/ jovens, professores que participam do projeto e graduandos /pós-graduandos da Unifesp.

Fonte: Sistematização das Práticas de Extensão Universitária sobre Corpo, Gênero e Sexualidade – São Paulo, 2014.

O projeto de “Corporalidade de Saúde” tem por objetivos: (1) proporcionar espaço e condições à discussão, elaboração e confecção de tecnologias pedagógicas e sociais destinados às práticas experimentais para educação em sexualidade; (2) refletir e discutir conceitos e assuntos relacionados à temática; (3) proporcionar ao aluno do curso de graduação e pós-graduação da Unifesp, aprendizagem e vivências na interface da educação, direitos humanos e saúde, especificamente na temática do projeto; (4) desenvolver estudos junto ao campo que possam reverter em novas práticas de ensino, intervenção e gerar conhecimento.

Desde março de 2004, quando iniciamos as atividades do Projeto Corporalidade e Saúde, até junho de 2012, nas escolas em que o projeto está inserido, participaram 8.647 adolescentes entre 10 e 24 anos (4.932 do sexo feminino e 3.715 masculinos). Realizamos a capacitação de 140 professores de ensino fundamental e médio com o curso “*Introdução ao tema: corpo, gênero e sexualidade*”.

Elaboramos e publicamos um livro com a temática “*Sexualidades*” ([BRÊTAS, 2011](#)) como material pedagógico para os participantes do curso citado anteriormente e para melhor conhecimento sobre o assunto de outros profissionais das áreas da saúde e ensino. Também construímos um blog que foi elaborado pela equipe do projeto, com a finalidade de abordar temas sobre sexualidade, com esclarecimentos de dúvidas, apresentação de textos acadêmicos, jornalísticos e informativos, visando também o contato com os participantes das nossas oficinas e cursos.

Nesse período, desenvolvemos 590 oficinas com 2.360 horas de atividade, distribuimos 66.584 preservativos masculinos. Foram distribuídos 5.000 folders educativos e 4.000 revistas “*Corporalidade*” com informações sobre sexualidade e saúde sexual na adolescência. Proporcionamos estágio curricular a 515 estudantes do curso de graduação em Enfermagem da Unifesp. Desenvolvemos 18 estudos no formato de tese de doutorado, mestrado e iniciação científica com bolsas do CNPq e FAPESP, além da participação em congressos científicos visando à divulgação das atividades de extensão.

### **Ancoragem teórica do projeto**

O enfoque de risco, em particular na adolescência, aparece fortemente associado a repertórios expressos por: gravidez não planejada, aborto, risco em contrair o HIV, risco de uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, risco de morte frente à violência ([BRASIL, 2006](#)). Neste contexto, o risco generalizado parece, assim, definir e circunscrever negativamente esse período da vida, gerando expressões, ações e posturas absurdas em relação aos adolescentes. Esses aspectos assumem nuances distintas se adotarmos a noção de vulnerabilidade para entendermos as experiências dos adolescentes e jovens frente aos riscos.

Assim, não devemos apenas falar da adolescência, mas das adolescências, que são definidas por aquilo que está ao entorno, pelos contextos socioculturais, pela sua realidade, situando-as em seu tempo, em sua cultura.

Entendemos vulnerabilidade como um movimento de considerar a chance de exposição das pessoas ao adoecimento como resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos ([AYRES, 2003](#)).



Neste sentido, o indivíduo não prescinde do coletivo: há relação intrínseca entre os mesmos. Além disso, se propõe que a interpretação da vulnerabilidade incorpore, necessariamente, o contexto como *locus* de vulnerabilidade, o que pode acarretar maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, à maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para a proteção das pessoas contra as enfermidades ([AYRES, 1999](#)).

O marco conceitual proposto por Ayres ([AYRES, 1999](#); [AYRES, 2003](#)) refere que a unidade analítica está constituída no indivíduo-coletivo. Nessa perspectiva, propõe a sua operacionalização através das diferentes situações de vulnerabilidades dos sujeitos individuais e coletivos que podem ser particularizadas pela avaliação articulada de três componentes interligados: o individual (vulnerabilidade individual), o social (vulnerabilidade social) e o programático ou institucional (vulnerabilidade programática).

O componente individual da vulnerabilidade compreende aspectos comportamentais se levarmos em conta dois aspectos: (1) as características pessoais, que são construídas ao longo da história do indivíduo, envolvendo aspectos biopsicológicos e sociais do desenvolvimento humano e as experiências proporcionadas pelo meio. Dentre as características pessoais, podemos destacar um fator que as pessoas costumam denominar autoestima. A história individual acontece em um determinado contexto familiar, cultural e social que proporciona um significado e, ao mesmo tempo, é responsável pela construção das características pessoais. Assim, por exemplo, uma garota pode deparar-se com situações envolvendo discriminação, preconceito, violência e desigualdade de gênero. Assim, quando uma pessoa que foi abusada sexualmente na infância tem sua história de vida marcada por esse episódio.

Desta forma, atitudes pessoais frente a uma situação envolvendo sexo e a sexualidade é norteadas pela vivência e história de vida; (2) as habilidades individuais também fazem parte dos aspectos comportamentais da vulnerabilidade individual, como por exemplo, a iniciação sexual, as práticas sexuais que exigem das pessoas envolvidas uma negociação do tipo de relação sexual, o local em que vai acontecer, a prevenção pelo uso de preservativo e outros ([BRASIL, 2007](#)).

O componente social diz respeito à obtenção de informações, às possibilidades de metabolizá-las e ao poder de incorporá-las a mudanças práticas, o que não depende só dos indivíduos, mas de aspectos, como o acesso aos meios de comunicação, escolarização, disponibilidade de recursos materiais, poder de influenciar decisões políticas, possibilidade de enfrentar barreiras culturais, estar livre de coerções violentas, ou poder defender-se delas etc. Todos esses aspectos devem ser, portanto, incorporados às análises de vulnerabilidade ([SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007](#)).

Trata-se do componente mais complexo e heterogêneo, no qual o pressuposto básico é o de que fatores coletivos, sociais, influenciam fortemente na vulnerabilidade individual e programática. Incluem-se nesta dimensão de análise: (1) aspectos econômicos – em contextos de desigualdade, há grande contingente de pessoas sem acesso aos recursos mínimos para a sobrevivência; (2) violência – em contextos muito violentos, em que a morte por causas externas é muito expressiva, as atitudes de autocuidado perdem sentido, já que se está permanentemente ameaçado pela perspectiva de morrer repentinamente; (3) acesso à educação – em contextos em que o índice de evasão escolar é muito grande, não se cria condições para o exercício efetivo da cidadania; (4) desigualdades de gênero, raça/etnia e outras – são criados grupos com menor poder de negociação e de voz; (5) ausência de participação coletiva nas decisões políticas da comunidade.

O componente programático compreende os recursos sociais que os indivíduos necessitam para se expor as enfermidades e se proteger de seus danos sejam disponibilizados de modo efetivo e democrático, é fundamental a existência de esforços programáticos voltados nessa direção. Quanto maior for o grau e a qualidade de compromisso, recursos, gerência e monitoramento de programas nacionais, regionais ou locais de prevenção e cuidado relativo à enfermidade, maiores serão as chances de canalizar os recursos sociais existentes, aperfeiçoar seu uso e identificar a necessidade de outros recursos, fortalecendo os indivíduos diante da epidemia. Este contexto de vulnerabilidade está mais diretamente relacionado com as políticas de saúde e com a maneira como estão organizadas as instituições na comunidade.

Na abordagem adotada, o conceito de vulnerabilidade se apresenta como um convite para renovar as práticas de saúde como práticas sociais históricas, por meio do trabalho com diferentes setores da sociedade e da interdisciplinaridade. Isso permite o repensar sobre as práticas, de maneira crítica e dinâmica, para contribuir na busca de mudanças políticas, culturais, cognitivas e tecnológicas, que promovam impacto nos perfis epidemiológicos.

As abordagens para redução de vulnerabilidade devem procurar ampliar do plano individual para o plano das suscetibilidades socialmente configuradas o alvo das intervenções. Nesse sentido, assumem uma responsabilidade que se estende para além da tarefa de alertar sobre o problema. É preciso concorrer para que os sujeitos sociais sejam alertados sim, mas também para que, além disso, respondam de forma a superar os obstáculos materiais, culturais e políticos que os matem vulneráveis mesmo quando individualmente alertas. Mais que ser informadas é preciso que as pessoas saibam como se proteger e se mobilizem para que as situações estruturais que as tornam suscetíveis ao adoecimento sejam de fato transformadas.

Neste contexto, entendemos que o componente individual da vulnerabilidade se refere ao grau e qualidade da informação que os indivíduos dispõem sobre seu corpo e a sexualidade, sua apreensão e capacidade de transformar em atitudes. O social está relacionado ao contexto sociopolítico, econômico, cultural e local. Refere-se às condições, favoráveis ou não, de acesso às informações, disponibilidade de recursos cognitivos e materiais, de participação em decisões políticas e institucionais. Já o componente programático, consiste na avaliação dos programas para responder as diferentes necessidades individuais e coletivas, além do comprometimento das instituições, dos recursos, da gerência e do monitoramento dos programas nos diferentes níveis de atenção ([SANCHEZ; BERTOLOZZI, 2007](#)).

No que tange as instituições educativas cabe intervir no componente individual quando se compromete com a qualidade da informação, impregnada de conhecimento, livre de preconceitos e valores pessoais; no programático, quando essa ação é sistematizada no Projeto Político Pedagógico possibilitando a continuidade e a disseminação coletiva do conhecimento; no componente social a escola assume função transformadora no contexto da sociedade quando potencializa a formação de multiplicadores.

Contudo, ser vulnerável não é o mesmo que ser incapaz e sim ter a condição de desenvolver comportamentos adaptativos para superar os fatores do adolescer que os tornam suscetíveis aos riscos vivenciados que podem afetar seu bem-estar ([BRÊTAS, 2004](#)). Esses comportamentos adaptativos estão associados ao grau e a qualidade da informação que os adolescentes e jovens dispõem ([BRASIL, 2007](#)), aos aspectos comportamentais que dizem respeito à possibilidade de apreender informações e

transformá-las em comportamentos.

Nesse contexto, dentre as vulnerabilidades da adolescência e da juventude citamos o desenvolvimento sexual como um dos temas de extrema importância para nossa atenção e estudo com vista aos problemas que este assunto tem levantado como a diversidade sexual e o preconceito, a transmissão de DST e a gravidez não planejada, cujas complicações podem afetar a integridade física e emocional de adolescentes e contribuir com a evasão escolar.

No sentido de acolher e educar o indivíduo revela-se importante a educação em sexualidade fornecida desde o nascimento pela família. A educação para sexualidade é prioritariamente uma competência da família, pois é peça chave na formação da identidade de gênero e no desempenho dos papéis sexuais de seus filhos e filhas ([FONSECA, 2004](#)). Porém, esta instituição nem sempre consegue cumprir satisfatoriamente sua função e acaba transferindo-a a outra instituição onde seu filho passará grande parte de sua vida: a escola.

A escola e a família têm papéis diferentes e complementares na educação para sexualidade, uma não substitui a outra ([EGYPTO, 2003](#)). A escola completa o que é iniciado no lar, suprindo lacunas, combatendo preconceitos e desenvolvendo o respeito pelo corpo e por sentimentos ([MEDEIROS, 2000](#)).

A escola é o ambiente social no qual o indivíduo passa grande parte de sua vida, torna-se um cenário apropriado para o desenvolvimento de um programa de educação para sexualidade, por que além de uma ação direta que exerce sobre os/as estudantes, indiretamente incentiva a própria família a desempenhar o seu papel ([LIMA, 1999](#)).

É função do Estado propiciar à sociedade informação e educação em sexualidade, e a escola é um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes, pois é o lugar onde a sexualidade se manifesta como um dos maiores interesses dos/as estudantes ([ALTMANN, 2003](#)).

A educação em sexualidade, que na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros.

Neste contexto, o/a professor/a é um/a multiplicador/a de informações e uma influência na formação de conceitos e atitudes dos/as educandos/as relacionados a sexualidade. Constitui-se também um interlocutor confiável para as questões da sexualidade, na qualidade de adulto significativo para o/a estudante ([SAYÃO, 1997](#)). Os laços já existentes entre professores/as e estudantes fornecem uma base sólida para o trabalho de educação para sexualidade, sendo necessária a disponibilidade pessoal do/a professor/a para atender às demandas que recebe em relação ao assunto.

É de extrema importância à formação do/a professor/a para a abordagem da educação em saúde na escola, devendo haver no currículo um espaço formal para discussão de temas relacionados à saúde ([LEONELLO; ABBATE, 2006](#)).

Os/as professores/as deveriam estar preparados/as para polemizar, lidar com valores, tabus e preconceitos, mas, continuam sem subsídios adequados para trabalhar essas questões e acaba dando a mesma um enfoque totalmente biológico com a função de preservar o/a professor/a frente aos educandos/as com relação aos seus próprios



questionamentos, receios e ansiedades ([SUPLICY et al., 2004](#)).

As informações e orientações a respeito da anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor, muito embora sejam necessárias, não são suficientes. Falar sobre sexualidade é referir-se também a sentimentos, emoções e afetos fundamentais no desenvolvimento e na vida psíquica do ser humano ([TONATO JÚNIOR, 1997](#)).

Neste contexto, entendemos que a escola deve incorporar, em suas práticas educativas, iniciativas que introduzam conscientemente, como estratégia de socialização, a meta da igualdade de gênero e de extinção de práticas sexistas. Quando citamos gênero ou relações de gênero, referimo-nos à construção social das identidades feminina e masculina e a forma de relação social que se estabelece entre mulheres e homens, entre mulheres entre si e homens entre si.

[Scott \(1990\)](#) adota a palavra gênero para designar as relações sociais entre os sexos. Assim, seu uso rejeita as justificativas biológicas e se torna uma maneira de indicar as “construções sociais”, a criação inteiramente social das ideias sobre os “papéis” próprios aos homens e às mulheres. Para a autora, considerar gênero como categoria seria uma maneira de se referir às origens sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres.

As relações de gênero são fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, mas também estão presentes nos símbolos culturalmente disponíveis sobre homens e mulheres. Assim, o gênero está presente nas distintas atribuições relativas às masculinidades e às feminilidades; nos conceitos normativos que estabelecem as regras e normas no campo da educação; nas políticas que são implantadas nas escolas e nas identidades subjetivas que, muitas vezes, sustentam e, em outras, procuram reverter o modelo dominante de masculinidade/feminilidade, como um modo de dar significado às relações de poder estabelecidas e difundidas pelas políticas educacionais nas suas mais variadas esferas, níveis e modalidades de ensino.

Os significados e símbolos de gênero vão além dos corpos e dos sexos e subsidiam noções, ideias e valores nas mais distintas áreas da organização escolar. Assim, a omissão do gênero na discussão dessas relações pode trazer vieses para a compreensão de toda e qualquer proposta de qualidade do ensino ([SCOTT, 1990](#)).

A escola tem a responsabilidade de contribuir com a minimização dos preconceitos contra as mulheres e contra todos aqueles que não correspondem a um ideal de masculinidade dominante, como gays, travestis, transexuais e lésbicas, por exemplo ([BARRETO; ARAÚJO; PEREIRA, 2009](#)).

Em 1996 foi elaborada a lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), a qual lançou as bases para uma escola pluralista que respeita a diversidade. Logo depois, em 1997, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que descrevem a inclusão da educação sexual. Esta foi denominada nos PCNs de orientação sexual de forma transversalizada em todo o conteúdo das disciplinas ([KAMEL, 2008](#)).

Segundo os PCNs, o trabalho de Orientação Sexual visa propiciar aos jovens a possibilidade do exercício de sua sexualidade de forma responsável e prazerosa. Seu desenvolvimento deve oferecer critérios para o discernimento de comportamentos ligados à sexualidade que demandam privacidade e intimidade, assim como reconhecimento das manifestações de sexualidade passíveis de serem expressas na escola. Propõem-se três eixos fundamentais para nortear a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às DST/Aids ([BRASIL, 1997](#)).

O que corrobora com a tese de que a escola não tem um papel neutro nesse processo e pode contribuir no esclarecimento e na crítica aos sistemas de pensamento e

atitudes sexistas, questionando esses valores. Assim, os/as professores/as que trabalham nas escolas assumem a importante função de discutir esses valores criticamente, refletindo com os/as estudantes sobre novas possibilidades de relações de gênero, desta forma reconstruindo essas referências.

Desta forma, entendemos que a escola torna-se fundamental na desconstrução de mitos e preconceitos, na promoção de valores democráticos de respeito ao outro e na transformação social. É na escola que se formam cidadãos e cidadãs atuantes. É também, o espaço para que eles/as sejam respeitados/as em suas especificidades. A escola não é só um lugar de transmissão do saber, é onde se aprendem valores e atitudes e de onde se levam as boas e as más lembranças, os bons e os maus exemplos de convivência, amizade e solidariedade ([JESUS et al., 2008](#)).

Porém, a literatura aponta que a inserção de novas práticas em Educação para Sexualidade tem sido muito difícil, e muitas vezes a escola deixa de oferecer um espaço para que ocorram debates sobre diversidade sexual, saúde reprodutiva e sexualidade de uma forma contínua, devido, principalmente, à carência de recursos materiais e de professores/as capacitados/as previamente para a função ([EGYPTO, 2003](#); [MEDEIROS, 2000](#); [LIMA, 1999](#); [ALTMANN, 2001](#); [VILAR, 2004](#)).

Também devemos considerar que a adolescência é um momento em que a experimentação da sexualidade colabora na estruturação de identidades. Assim, preconceitos, tabus, interdições e valores organizam as possibilidades sexual-afetivas dos mesmos. Também é ciclo decisivo para demarcação de diferenças de gênero. Tais diferenças podem potencializar, por exemplo, a criatividade e a singularidade como também podem tender a reproduzir divisões sexualizadas com conotação de assimetria e desigualdade. No discurso destes, a sexualidade se entrelaça tanto com afetividade, quanto com sociabilidade e relações sociais de diferentes ordens. Tanto provoca a galhofa, com ênfase nos discursos sobre prazer e amorosidade, quanto medos, preocupações e cuidados, ainda que tal tônica esteja mais presente nos discursos de pais e professores, tendo em vista que se relaciona aos tempos de Aids e aumento da gravidez juvenil ([RODRIGUEZ et al., 2004](#)).

Com toda a mudança de comportamento que o contexto histórico nos impõe, a atividade sexual é cada vez mais precoce, contrariando a tese do senso comum de que a orientação sexual estimula precocemente o início das relações sexuais. O grande e atual problema é a gravidez na adolescência, que está associado a altas taxas de morbimortalidade materna, maiores riscos de aborto, complicações no parto e prematuridade.

Do ponto de vista social, há que se considerar o aumento no potencial de perda de oportunidades educacionais e de trabalho, entre as adolescentes que engravidam, pois podem ser forçadas a abandonar a escola mais cedo e, portanto, ter reduzidas as chances de conseguir inserir-se em atividades produtivas que exijam maior qualificação.

Tendo por base essa problemática, concebemos o projeto de extensão universitária "Corporalidade e Saúde". E para nortear nossa prática educativa nos pautamos no pressuposto de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que os indivíduos implicados em uma ação pedagógica possam participar da produção compartilhada do conhecimento ([FREIRE, 1996](#)).

Para tanto, foi preciso ouvir e observar os sujeitos com quem trabalhamos, utilizando uma abordagem mais participativa para que pudéssemos interagir com as subjetividades emergentes desta relação-educação e principalmente possibilitarmos a leitura e compreensão da realidade. Assim, foi necessária a adoção de teorias e

metodologias que atendessem a ampliação dos canais de percepção e comunicação para possibilitar a compreensão das distintas realidades com as quais entramos em contato.

Para o desenvolvimento de nossas ações de ensino-aprendizagem estabelecemos como núcleo central a educação em sexualidade, e definimos como matriz metodológica para compreensão dos fenômenos e para o direcionamento do projeto, os pressupostos das Representações Sociais e a Pedagogia Crítica de [Saviani \(1989\)](#), como veremos no item metodologia.

## METODOLOGIA

Nossa forma de trabalhar a interface das Ciências Humanas com a Saúde está relacionada ao agir sistematizado da Pedagogia Crítica de [Saviani \(1989\)](#) com a teoria/método das Representações Sociais. O agir sistematizado compreende alguns passos como: problematização, reflexão, elaboração de objetivos, elaboração de estratégias de ação e avaliação.

O problema é aquilo que não se conhece, é uma coisa inexplicável, é algo que incomoda, causa estranhamento e se quer entender e/ou solucionar. Assim, deve-se promover a “*problematicidade*” do problema. É neste contexto que inserimos outra ação sistematizadora, a aplicação de uma metodologia de pesquisa. E para atender este universo que se vislumbra utilizamos os pressupostos das Representações Sociais.

O ato da reflexão requer o enquadramento em algumas perspectivas: (1) a radicalidade, em que ser radical no agir quer dizer que devemos ir até as raízes da questão, até seus fundamentos, trata-se uma reflexão com profundidade; (2) o rigor, que compreende o agir sistematicamente, com metodologia, colocando-se em questão as conclusões da sabedoria popular e as generalizações apressadas que a ciência pode ensinar; (3) no conjunto, em que o problema deve ser examinado numa perspectiva de conjunto, ou seja, deve ser contextualizado.

Desta maneira podemos compreender os fenômenos na concepção geral da realidade, assim reinterpretando a forma de conceber a realidade social.

A reflexão sobre os problemas do binômio educação-saúde certamente nos levam à questão dos valores, ou seja, o contato com os problemas trazem a necessidade de uma reformulação constante da ação, por isso torna-se tão importante a elaboração de objetivos, o que implica definir prioridades no trabalho.

O objetivo é aquilo que ainda não foi alcançado, mas que se deve alcançar por meio da organização das formas de ação. Podemos entender os objetivos como elementos que indicam os alvos da nossa ação, constituem a objetivação da valoração e dos valores, desta forma devemos entender que se a valoração é o próprio esforço do ser humano em transformar “o que é naquilo que deve ser” (valores), os objetivos sintetizam o esforço do ser humano em transformar “o que deve ser naquilo que é” (realidade).

O desenvolvimento de nossa práxis se dá pelo uso da informática, pela elaboração e confecção de tecnologias de ensino, de ações educativas por meio de cursos presenciais e semipresenciais, oficinas experimentais e grupos operativos.

Para nortear nossa prática educativa nos pautamos no pressuposto de que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para que os indivíduos implicados em uma ação pedagógica possam participar da produção compartilhada do conhecimento.

Para o desenvolvimento de nossas ações de ensino-aprendizagem estabelecemos como núcleo central, as questões do corpo, gênero e sexualidade, e definimos como

matriz metodológica para compreensão dos fenômenos e para o direcionamento do projeto, os pressupostos das Representações Sociais.

As Representações Sociais são um conjunto de conceitos, proposições e explicações originadas na vida cotidiana no curso de comunicações interpessoais, envolvendo saberes popular e do senso comum, elaborados e partilhados coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real ([MOSCOVICI, 2003](#)). Que nos propiciam uma maneira de entendermos como as noções e os modos de pensamento construídos na trajetória de vida dos sujeitos, influenciados, por conseguinte, pela experiência coletiva, pelos fragmentos das teorias científicas e dos saberes escolares, expressos, em parte, nas práticas sociais, podem ser mobilizados e transformados para servir à vida cotidiana.

Para atender as necessidades desveladas, o conceito de ação adotado foi o de educação em sexualidade. Define-se educação em sexualidade como uma abordagem apropriada para a idade e culturalmente relevante ao ensino sobre sexo e relacionamentos, fornecendo informações cientificamente corretas, realistas e sem prejulgamento. A educação em sexualidade oferece oportunidades para explorar os próprios valores e atitudes e para desenvolver habilidades de tomada de decisão, comunicação e redução de riscos em relação a muitos aspectos da sexualidade ([UNESCO, 2010](#)).

Isso quer dizer que uma educação em sexualidade efetiva pode transmitir aos jovens informações adequadas para a idade, contextualizadas e culturalmente relevantes, além de informações cientificamente corretas com o intuito de desconstruir os tabus e a ignorância. Ela inclui oportunidades estruturadas para que jovens explorem suas atitudes e valores, e pratiquem a tomada de decisões e outras habilidades de vida de que necessitarão para ser capazes de fazer escolhas informadas em sua vida sexual.

Segundo a [UNESCO \(2010\)](#) uma educação em sexualidade efetiva é importante, devido ao impacto de valores culturais e crenças religiosas sobre todos os indivíduos, e especialmente jovens, tanto para sua compreensão do assunto quanto para administrar relações com seus pais, professores, outros adultos e suas comunidades.

Desta forma, o projeto de extensão universitária propôs uma intervenção sistemática na área da sexualidade humana por meio de informações sobre sexualidade, organizando espaço de reflexões e questionamentos sobre a importância da prevenção, mudanças corporais, identidade, postura, relações interpessoais, autoestima, relações de gênero, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos, comportamentos sexuais e DST.

Nossa ação teve basicamente três objetivos: suprir as lacunas de informação do adolescente, refletir sobre os preconceitos, de maneira especial os referentes ao masculino e feminino; bem como refletir sobre os conflitos próprios dessa faixa etária, criando um espaço afetivo onde possa falar ou representar suas angustias e medos. A operacionalização se deu por meio de oficinas enquanto um trabalho estruturado de grupos, que foram desenvolvidas por docentes, monitores de extensão e pós-graduandos.

As oficinas têm como princípios fundamentais: ser uma experiência de crescimento pessoal e aprendizagem (tanto para o orientador como para o orientando); constituir-se em um meio social e cultural que molda a forma pela qual os indivíduos aprendem e expressam sua sexualidade; que a sexualidade é fundamental para a vida do ser humano e manifestada de várias maneiras; que os cuidados com o próprio corpo requerem informações adequadas, atitudes preventivas específicas e acesso a serviços de saúde de boa qualidade.

Procuramos abordar a sexualidade como um aspecto natural e positivo da vida humana, proporcionando a livre discussão de normas e padrões de comportamento em relação ao sexo e o debate das atitudes das pessoas frente à própria sexualidade.

Tais premissas proporcionam aos participantes condições para: identificar e refletir sobre os valores socioculturais e posicionar-se de forma pessoal em relação aos mesmos; identificar e expressar seus sentimentos; desenvolver a autoestima; compreender que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano; relacionar o comportamento sexual ao respeito e responsabilidade; reconhecer e respeitar as formas de opção sexual; relacionar as diferentes manifestações da sexualidade a cidadania; discriminar entre comportamentos sexuais enriquecedores e prejudiciais a si e aos outros; aprender a conhecer o próprio corpo e a cuidar dele; prevenir-se de abusos sexuais; evitar contrair e transmitir as DST; vencer tabus e preconceitos relacionados à sexualidade; evitar comportamentos discriminatórios e intolerantes; e viver a sexualidade de forma congruente com os próprios valores.

As dinâmicas dessas oficinas caracterizaram-se principalmente por ser participativas e envolverem um processo de estímulo ao compartilhamento de ideias, trocas, questionamentos e de expressão das experiências e dos valores dos participantes.

Outra atividade do projeto direciona-se para a formação de multiplicadores, instrumentalizando professores para atuarem em educação em sexualidade, junto ao ambiente da escola e da comunidade. Para atingir esta finalidade, utilizamos uma práxis metodológica que envolveu atividades no campo teórico-vivencial, organizada em um curso de extensão sobre “corpo, gênero e sexualidade”.

Ao participarem das pesquisas-intervenção propiciadas pelo projeto de extensão, no espaço do “Laboratório experimental em tecnologias de ensino”, monitores elaboraram um instrumento lúdico e didático denominado “*Sexgame*”. Que consistiu em um jogo de perguntas e respostas com cinco temas relacionados à adolescência: puberdade; relação sexual; relações interpessoais; DST/Aids e prevenção; gravidez e adolescência. Cujo objetivo foi transmitir informações, ampliar os conhecimentos dos participantes e fazê-los refletir acerca do seu universo de descobertas. Esse instrumento tem sido um método interessante e eficaz de aprendizagem e de fixação dos conhecimentos adquiridos nas atividades educativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Temos constatado que o tema sexualidade continua sendo um tabu em nosso meio, comumente se acentuando apenas o que é negativo e prejudicial do sexo. O que é biológico e psicologicamente positivo, e constitui a base do amor, do prazer, da convivência, da família e da própria sobrevivência humana é muitas vezes ignorado. Assim, entendemos que os profissionais que atuam nas áreas da educação e saúde encontram-se em uma encruzilhada política e micropolítica fundamental. Ou fazer o jogo reproduzindo modelos que não permite que se criem saídas para os processos de singularização, ou, ao contrário, trabalhar com o indivíduo contemplando suas singularidades e incorporando-as como parte desse processo.

O desenvolvimento das nossas ações extensionistas está alicerçado na problemática associada às questões da corporalidade na adolescência enfatizando o corpo e suas vicissitudes, promovendo discussões e reflexões críticas sobre esse universo e incentivando a busca de novas soluções e contribuições. Esta ação está sendo construída em estreita parceria com os estudantes do curso de Enfermagem, os



adolescentes e professores das escolas envolvidas no projeto, visando uma maneira de pensar e de fazer promoção de saúde.

Mediante esta experiência, estamos aprendendo que o caminho da prática libertária se faz compreendendo o interesse do adolescente pela sexualidade, promovendo a saúde sexual e a cidadania nas inter-relações, que essas ações não significam libertinagem, mas facilitam o contato sadio e protegido entre os adolescentes de ambos os sexos. A sexualidade, quando compreendida e adequadamente canalizada, se traduz em amor, criatividade, potência geradora de progresso e de desenvolvimento.

A prática do ensino-aprendizagem desvela a necessidade de transformar o conhecimento em caso pessoal, de promover a subjetivação do conhecimento acadêmico, ou seja, transformar espectadores, nem sempre muito interessados, em atores que entendam e direcionem de forma consciente a sua história sexual-afetiva.

Também implica em um esforço pedagógico pessoal e coletivo, com a racionalidade e a objetividade próprias da pedagogia, associada à abordagem da dimensão afetivo-emocional da pessoa, de modo a permitir a desconstrução de preconceitos e tabus e a reconstrução social dos valores, das crenças sociais e historicamente construídas.

*SUBMETIDO EM* 11 maio 2014

*ACEITO EM* 8 dez. 2014

---

### Referências

[ALTMANN](#), H. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Revista Estudos Feministas**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 575-585, 2001.

[ALTMANN](#), H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpo e gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 281-315, 2003.

[AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G. J.; FILHO, H. C. S.](#) O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In: CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. (Org.). **Promoção da saúde: conceitos, reflexões e tendências**. Rio de Janeiro: FioCruz, 2003.

[AYRES, J. R. C. M.; FRANÇA JUNIOR, I.; CALAZANS, G. J.; SALLETI, H.](#) Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In: BARBOSA, R.; PARKER, R. (Org.). **Sexualidade pelo avesso: direitos, identidade e poder**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

[BARRETO](#), A.; ARAÚJO, L.; PEREIRA, M. E. (Org.). Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais: livro de conteúdo: versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: SPM, 2009.

[BRASIL](#). Centro de Referência e Treinamento de DST/AIDS. **Prevenção das DST/AIDS em adolescentes e jovens**. São Paulo: Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, 2007.

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde e prevenção nas escolas**: guia para a formação de profissionais de saúde e de educação. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. **Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2006.

[BRASIL](#). Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação da Saúde da Criança e do Adolescente. **Programa Saúde do Adolescente**: bases programáticas. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996.

[BRASIL](#). Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

[BRÊTAS, J. R. S.](#) **Sexualidades**. São Paulo: ALL PRINT, 2011.

[BRÊTAS, J. R. S.](#) A mudança corporal na adolescência: a grande metamorfose. **Temas Sobre Desenvolvimento**, v. 12, n. 72, p. 29-38, 2004.

[EGYPTO, A. C.](#) O projeto de orientação sexual na escola. In: EGYPTO, A. C. (Org.). **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

[FONSECA, H.](#) Abordagem sistêmica em saúde dos adolescentes e suas famílias. **Adolescência & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 6-11, 2004.

[FORPROEX](#). **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Porto Alegre: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras/UFRGS, 2012.

[FREIRE, P.](#) **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

[JESUS, B.](#); [RAMIREZ, L.](#); [UNBEHAUM, S.](#); [CAVASIN, S.](#) **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Ed. especial, rev. e ampl. São Paulo: ECOS – Comunicação em Sexualidade, 2008.

[KAMEL, L.](#) **Diversidade sexual nas escolas**: o que os profissionais de educação precisam saber. Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

[LEONELLO V. M.](#); [ABBATE, S. L.](#) Educação em saúde na escola: uma abordagem do currículo e da percepção de alunos da graduação em Pedagogia. **Interface**, v. 10, n. 19, p. 149-166, 2006.

[LIMA, M. S. de S.](#) Gravidez em adolescentes: o papel da escola pública. **Psicologia em Revista**, v. 9, p. 49-59, 1999.

[MEDEIROS, S. Z.](#) **Método para educadores na arte de ensinar-aprender a**

**sexualidade do adolescente:** uma proposta participativa. 2000. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais:** investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

RODRIGUEZ, E.; CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; LIMA, F.; PINHEIRO, L. **Políticas públicas de/ para/ com juventudes.** Brasília, DF: UNESCO, 2004.

SANCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, M. R. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 2, p. 319-324, 2007.

SAVIANI, D. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez, 1989.

SAYÃO, Y. I. N. Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: AQUINO J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 05-22, 1990.

SUPLICY, M.; EGYPTO, A. C.; VONK, F. V. V.; BARBIRATO, M. A.; SILVA, M. C. P.; SIMONETTI, C.; SCHWARZSTEIN, J. **Guia de orientação sexual:** diretrizes e metodologia. 10. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

TONATO JÚNIOR, A. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação. In: Aquino, J. G. **Sexualidade na escola:** alternativas teóricas e práticas. 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1997.

UNESCO. **Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade:** uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

VILAR, D. Educação sexual nas escolas: é preciso uma política clara. **A Página da Educação**, v. 13, n. 134, p. 37, 2004.